

35º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras

ADEQUAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADES DE BASE FAMILIAR PARA CERTIFICAÇÃO FAIR TRADE NAS MONTANHAS DO ESPÍRITO SANTO.

M.J. Fornazier, Engº Agrº, INCAPER/CRDR-CentroSerrano (fornazier@incaper.es.gov.br); F.T. Alixandre, Engº Agrº, INCAPER/ELDR Brejetuba; J.U. Donna, PMVNI/PRONOVA; LH De Muner, Engº Agrº, INCAPER/Vitória; E. de Paula, Técn. Agr., INCAPER/CRDR-CentroSerrano

O Espírito Santo se destaca no cenário nacional pelos trabalhos de renovação da cafeicultura de arábica e pelo constante trabalho de incentivo à melhoria da qualidade do café da região das montanhas. A consciência quanto à produção de cafés mais sustentáveis, tem levado os cafeicultores a entender seu papel quanto à responsabilidade ambiental e social na cadeia produtiva. As boas práticas agrícolas tem sido adotadas na produção do “Café das Montanhas do Espírito Santo”, permitindo a rastreabilidade do café e certificação de diversas propriedades. No município de Brejetuba/ES, a existência da COOAABRE – Cooperativa Alternativa dos Agricultores de Brejetuba, permite condições propícias para a certificação de propriedades no Fair Trade e na PICafé. Seguindo metodologia de DONNA et al (2007) - 33º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras (p.152) – utilizou-se os critérios de adequação sócio-ambientais agrupados em oito itens – rastreabilidade, uso de fertilizantes, uso de defensivos, gestão de solo, colheita e pós-colheita, gestão de resíduos, meio ambiente e conservação, saúde e segurança do trabalhador, em um *check-list* com vinte e três sub-itens. As notas atribuídas variaram de 1 a 4, crescentes quanto maior a adequação aos critérios. Dentro do arranjo municipal de Brejetuba para produção de café arábica foram selecionadas propriedades cafeeiras em 7 comunidades (Brejabinha, Vargem Grande, São Jorge, Rancho Dantas, Marapé, Vargem Alta e Santa Rita). Na primeira etapa do projeto foram avaliadas 31 propriedades 34º (CBPC, p.190-1). Nesta segunda etapa estão sendo avaliadas mais 29 propriedades agrícolas de base familiar de produtores cooperados da COOAABRE com interesse em se adequar aos critérios sócio-ambientais propostos e que se identificaram com o trabalho e acreditam na possibilidade de agregação de qualidade e valor ao seu café; entretanto, esses cafeicultores ainda não compõem o grupo da COOAABRE participante do processo de certificação Fair Trade. Os produtores em estudo, nesta etapa, não receberam orientações específicas, nem acompanhamento sistematizado de suas propriedades para a implantação dos critérios sócio-ambientais de adequação aplicados, embora tenham participado de três reuniões técnicas e uma motivacional quanto à implantação das Boas Práticas Agrícolas (BPA's) e da certificação na cafeicultura. Este trabalho teve por objetivo caracterizar o estágio atual de adequação dessas propriedades, considerado como marco referencial inicial, aos critérios propostos visando medir a sua evolução ao longo dos anos no processo de certificação, bem como levantar os principais gargalos e entraves à disseminação das informações para os

agricultores de base familiar quanto à nova realidade da necessidade das certificações, mesmo para o mercado do café “commodity”.

Resultados

Observou-se que as notas médias, em 27 propriedades acompanhadas foi superior a três, para todos os quesitos componentes do *check-list*, exceção para duas propriedades localizadas na comunidade de Brejaubinha e uma em Vargem Grande. As médias das notas por quesito/propriedade só não foi superior a três nos itens relacionados à rastreabilidade da produção e agrotóxicos, mostrando que houve receptividade para os treinamentos já realizados, embora sem acompanhamento para sua execução prática em nível de campo. Nos sub-itens do critério rastreabilidade, observa-se a necessidade de treinamento dos cafeicultores e seus parceiros rurais quanto à correta identificação e separação dos talhões na lavoura, bem como dos lotes do café armazenado. No critério uso de fertilizantes, cerca de 70% dos cafeicultores fazem análise de solo e adubam segundo recomendação de profissionais habilitados, embora somente 50% deles guardem as notas fiscais de aquisição dos adubos. A principal medida a ser adotada é a conscientização dos proprietários e parceiros da destinação das embalagens dos adubos químicos empregados na lavoura, pois em quase 90% das propriedades essas embalagens ainda estão sendo reutilizadas, principalmente na colheita do café. As práticas de cultivo que minimizam a erosão do solo são adotadas por mais de 90% desses cafeicultores, principalmente através da roçada mecanizada. A preocupação ambiental, de alguma forma está presente nos cafeicultores amostrados e se reflete em proteção de nascentes, embora diversos corpos d’água ainda precisem ser melhor protegidos; há existência de reserva legal em todas as propriedades; a aplicação de agrotóxicos ao longo de rios, nascentes e cursos de água ainda é observada, porém, há inexistência de culturas transgênicas; a prática de queimada é observada em cerca de 41% das propriedades entretanto, de forma legalmente autorizada. A utilização de agrotóxicos incluídos na lista de produtos proibidos pela certificação Fair Trade, não foi observada nas propriedades amostradas; outro ponto crítico nesse critério é o armazenamento correto e exclusivo dos agrotóxicos em cômodos próprios, necessitando de serem construídos em mais de 93% das propriedades. O treinamento específico para aplicação de agrotóxicos também necessita ser melhorado. Em todas as propriedades, os agrotóxicos são adquiridos com nota fiscal e receituário agrônômico. Nos procedimentos de colheita e pós-colheita, observa-se que 80% dos cafeicultores realizam revisão, manutenção e limpeza dos equipamentos e instalações para lavagem, despulpamento e armazenamento do café, embora somente 41% o façam de forma sistemática. Em todas as propriedades, as crianças frequentam regularmente a escola, não havendo utilização de mão de obra infantil. Observou-se que no item gestão de resíduos, as propriedades necessitam de especial atenção quanto à correta destinação do esgoto doméstico e de criatórios, através da construção de maior número de fossas sépticas e de tratamento para os resíduos de animais; entretanto, as águas residuárias oriundas do despulpamento do café têm destinação adequada

em 90% das propriedades, diversas delas despolpando café de forma associativa, devidamente licenciadas no órgão ambiental estadual. Em nenhuma delas foi constatado o lançamento desses resíduos diretamente nos corpos d'água ou no solo.

Tabela 1 - Frequência das notas atribuídas aos sub-itens componentes dos critérios sócio-ambientais utilizados para monitoramento das propriedades cafejeiras associadas a COOAABRE – Brejetuba, ES – julho/2009.

Notas	Rastreabilidade		Fertilizantes			Agrotóxicos					
	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6
1	0	0	3,45	3,45	3,45	0	0	0	0	0	0
2	65,52	34,50	10,34	0	37,93	3,45	13,79	44,83	20,70	3,45	0
3	31,03	62,05	55,17	51,72	48,28	41,38	79,31	37,93	75,85	62,05	0
4	3,45	3,45	31,03	44,83	10,34	55,17	6,90	17,24	3,45	34,50	100

Notas	Solos	Colh	Resíduos			Meio ambiente				Saúde e Segurança		
	4.1	5.1	6.1	6.2	6.3	7.1	7.2	7.3	7.4	8.1	8.2	8.3
1	3,45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	6,90	20,70	6,90	20,70	3,45	6,90	0	0	0	3,45	13,79	0
3	65,51	37,92	75,86	51,71	6,90	62,07	41,38	34,48	0	68,96	48,28	0
4	24,14	41,38	17,24	27,59	89,65	31,03	58,62	65,52	100	27,59	37,93	100

Conclusão

O atual grupo de produtores com interesse em ingressar no processo de certificação Fair Trade em que se encontra a COOAABRE, necessita de algumas adequações sócio-ambientais, principalmente nas áreas relacionadas à rastreabilidade da produção, melhoria no processo de colheita/pós-colheita e uso de agrotóxicos.